26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

ENTRE O MANGUE E O SABER ANCESTRAL: RESISTÊNCIA DE MULHERES MARISQUEIRAS

BETWEEN THE MANGROVE AND ANCESTRAL KNOWLEDGE*: THE RESISTANCE OF WOMEN SHELLFISH GATHERERS*

Anna Raquel de Lemos Viana – Universidade Federal da Paraíba /(UFPB)
Raimunda Tamires da Silva – Universidade Federal da Paraíba /(UFPB)
Denise Braga Sampaio – Universidade Federal da Bahia /(UFBA)
Geisa Fabiane Ferreira Cavalcante – Universidade Federal da Paraíba /(UFPB)
Izabel França de Lima – Universidade Federal da Paraíba /(UFPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Parte-se do reconhecimento de que os saberes produzidos por mulheres marisqueiras da Colônia Z-6 Arnaldo Luz, em Bayeux (PB), são passíveis de observação à luz da Ciência da Informação e dos estudos decoloniais e de gênero. O objetivo geral busca analisar como os saberes das mulheres marisqueiras tensionam e ressignificam as concepções hegemônicas de informação, considerando as relações de gênero e as perspectivas decoloniais. Tem como base teórica os estudos sobre decolonialidade do saber, os estudos de gênero e a interseccionalidade. Adota uma abordagem qualitativa como procedimento metodológico, utilizando o grupo focal como técnica de coleta de dados e a análise de conteúdo bardaniana para o tratamento do corpus. As categorias analíticas formuladas evidenciam processos de saberes territoriais, transmissão geracional, condições de sobrevivência, epistemicídio e deslegitimação, orgulho identitário e pertencimento territorial das marisqueiras. Por fim, os resultados revelam que essas mulheres produzem formas complexas e diversas de conhecimento territorial, cultural e relacional, porém, são invisibilizadas pelos modelos eurocêntricos de se fazer ciência, pesquisa e extensão. Portanto, a pesquisa se posiciona como contribuição ao paradigma intercultural na Ciência da Informação, reconhecendo esses saberes como resistência epistêmica legítima e viável.
Palavras-chave: gênero; saberes tradicionais; marisqueiras; decolonialidade.

Abstract: This research is based on the recognition that the knowledge produced by women shellfish gatherers from the Z-6 Arnaldo Luz Fishing Colony, in Bayeux, Paraíba, Brazil, can be examined through the lenses of Information Science, decolonial studies, and gender studies. The general objective is to analyze how the knowledge of women shellfish gatherers challenges and re-signifies hegemonic conceptions of information, considering gender relations and decolonial perspectives. The theoretical framework draws upon studies of the decoloniality of knowledge, gender studies, and intersectionality. A qualitative approach was adopted as the methodological procedure, using focus groups as the data collection technique and Bardinian content analysis for corpus treatment. The analytical categories developed highlight processes related to territorial knowledge, intergenerational transmission, conditions of survival, epistemicide and delegitimization, identity pride, and territorial belonging among the shellfish gatherers. Finally, the findings reveal that these women produce complex and diverse forms of territorial, cultural, and relational knowledge; however, they remain marginalized and rendered invisible by Eurocentric models of science, research, and extension practices. Therefore, the study contributes to the intercultural paradigm in Information Science by recognizing such knowledge as a legitimate and viable form of epistemic resistance.
Keywords: women gender; traditional kowledges; shellfish-gathering; decoloniality.

1 INTRODUÇÃO

A partir da perspectiva da colonialidade do saber, observamos que a Ciência da Informação caminha entre perspectivas tradicionalistas e decoloniais. Essa dinâmica reverbera nos saberes territoriais protagonizados por mulheres de comunidades ou grupos que são marginalizados socialmente. Quijano (2005), a partir do olhar epistemológico, entende a colonialidade do saber como um apagamento sistemático dos saberes territoriais, com a prevalência de conhecimentos pautados em uma pretensa racionalidade eurocêntrica moderna.

Nos propomos a estar à beira do mangue, para entender, a partir do seu território, como se dá a manifestação desses saberes decoloniais em seus aspectos mais subjetivos, direcionando um olhar informacional para mulheres marisqueiras da Colônia Z-6 Arnaldo Luz, em Bayeux (PB), os seus conhecimentos sobre os ciclos das marés, os manguezais, as técnicas de coleta e a organização coletiva do trabalho.

Nossa questão de pesquisa trata de como os saberes das mulheres marisqueiras tensionam as concepções hegemônicas de informação, considerando as relações de gênero e as perspectivas decoloniais?

Para compreender melhor essas disputas, adotamos como objetivo: analisar como os saberes das mulheres marisqueiras tensionam e ressignificam as concepções hegemônicas de informação, considerando as relações de gênero e as perspectivas decoloniais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo do tempo, diferentes povos desenvolveram formas próprias de entender o mundo a partir da experiência prática, da observação cotidiana e das relações entre pessoas, natureza e comunidade. Como destaca Borda (1984), esses conhecimentos tradicionais permitiram que diferentes populações sobrevivessem, interpretassem a realidade e organizassem suas formas de trabalho e existência.

Com a ciência moderna e as transformações inauguradas por Galileu, Copérnico e Newton, emergiu um modelo de racionalidade fundado na objetividade, na quantificação e na separação entre ciência e outras formas de saber. Essa racionalidade estruturou-se a partir de uma lógica totalizante que negava legitimidade a conhecimentos que não se adequassem aos seus critérios epistemológicos, invisibilizando os saberes de populações tradicionais, mulheres e grupos historicamente subalternizados (Mignolo, 2008; Quijano, 2005).

O tensionamento com a lógica eurocêntrica de produção do conhecimento parte da compreensão de que modelos hegemônicos de ciência e racionalidade foram historicamente construídos a partir de referências ocidentais, coloniais e universalizantes. Nesse sentido, as discussões decoloniais têm problematizado a centralidade do pensamento eurocêntrico na definição do que é considerado conhecimento legítimo, científico e universal. A modernidade ocidental consolidou uma lógica de produção do conhecimento baseada na racionalidade técnica, na formalização, na objetividade e na separação entre sujeito e objeto, desconsiderando saberes construídos a partir da experiência, da oralidade, da territorialidade e das vivências coletivas (Mignolo, 2008; Quijano, 2005).

É nessa dinâmica que os saberes das marisqueiras emergem como importantes formas de resistência epistemológica. Os conhecimentos produzidos por essas mulheres são construídos a partir da relação direta com o território, com os ciclos naturais, com o trabalho coletivo e com experiências transmitidas intergeracionalmente. Ao compreender os ciclos das marés, os períodos adequados para coleta de mariscos, os impactos ambientais sobre os manguezais e as formas sustentáveis de manejo, as marisqueiras produzem conhecimentos complexos que escapam aos modelos tradicionais de sistematização acadêmica. Ainda assim, esses saberes revelam formas de interpretar e cuidar do espaço onde vivem, diretamente ligadas à manutenção da vida comunitária, da cultura e da subsistência dessas mulheres.

Essa discussão se aproxima das perspectivas críticas e decoloniais, que defendem a valorização de múltiplas formas de produção do conhecimento, especialmente aquelas historicamente marginalizadas pela racionalidade eurocêntrica. Nesse sentido, Freire (1987) destaca a importância dos saberes construídos nas experiências cotidianas e nas práticas populares, reconhecendo os sujeitos historicamente oprimidos como produtores legítimos de conhecimento.

Desta maneira, os saberes das marisqueiras também devem ser entendidos como formas legítimas de leitura do mundo, produção de existência e construção social da realidade. Esses saberes representam formas de resistência às desigualdades presentes na produção do conhecimento e contribuem para ampliar as possibilidades de compreender a ciência, a racionalidade e as diferentes maneiras de interpretar a realidade social.

2.1 DECOLONIALIDADE E VALORIZAÇÃO DE SABERES INVISIBILIZADOS

Os saberes carregam consigo um legado de legitimação ou de esquecimento, logo, os conhecimentos que atravessam e são produzidos nas comunidades historicamente subalternizadas, como as vivências das marisqueiras de Bayeux-PB, são frequentemente invisibilizados pelos modelos hegemônicos de conhecimento. Nesse sentido, o apagamento desses saberes nos sistemas de informação é reflexo de um plano histórico de hierarquização epistêmica em que a *colonialidade do saber* (Quijano, 2005) agiu sistematicamente desde a modernidade. Reconhecer essa injustiça epistêmica é o primeiro movimento desta pesquisa.

A partir de um olhar epistemológico decolonial, são desenvolvidas atividades, debates e reflexões para denunciar a colonialidade entranhada nas estruturas sociais dos países que foram historicamente subalternizados, apresentando outras visões de mundo a partir de suas terras, culturas e crenças. Segundo Suene Martins Bandeira (2022) o movimento da decolonialidade nas universidades reconhece as marcas do passado que ainda permeiam o presente e induzem as formas de pensar o futuro, incentivando ações e reflexões contínuas. Com isso, compreende-se que a Ciência da Informação (CI), como campo científico predominante norteado pelos estudos hegemônicos eurocêntricos, replicou o epistemicídio acadêmico em suas práticas e reflexões acadêmicas.

Natalia Duque-Cardona (2020) problematiza para quem e para quê serve a Ciência da Informação. Ao observar seus paradigmas no ambiente universitário latino-americano, a bibliotecária mostra que o campo tem se desenvolvido, em grande parte, reproduzindo uma ideia monocultural de informação, validando e visibilizando apenas o conhecimento que se

enquadra nos critérios de registro, sistematização e difusão institucionalizada. O que foge desses padrões fica desconhecido e silenciado pelos discursos hegemônicos.

Esse processo de invisibilização dos saberes tradicionais não é um fenômeno natural ou passivo, e sim um *epistemicídio* que se reflete nas produções científicas, incluindo a própria CI. Logo, nessa disputa de conhecimento hegemônico, os saberes em seus territórios são sistematicamente desqualificados e invalidados pelas publicações científicas e pelos dispositivos de informação do campo. O epistemicídio acadêmico não apaga fisicamente o saber, ele o torna inexistente dentro da circulação do conhecimento.

Os saberes das marisqueiras da Colônia Z-6 Arnaldo Luz, em Bayeux (PB), existem e pulsam no Mangue. Os conhecimentos dessas mulheres não se reduzem a um conhecimento científico institucionalizado nas universidades, e sim a um saber ecológico preciso e transmitido entre as gerações, na vivência, como por exemplo, saber ler a maré, conhecer seu comportamento, entender os ciclos de reprodução dos mariscos, saber os pontos de coleta que não agride o ecossistema. Os saberes do mangue se esvaem entre os corredores das universidades, como as águas que nunca encontram seus afluentes, logo, é um conhecimento que não está nos repositórios institucionais, não foi indexado, tampouco tem DOI. Todavia, segue influenciando diretamente no sustento e na vida de dezenas de marisqueiras.

Em suma, o movimento de (des)legitimação desses saberes opera em dois processos simultâneos. Por um lado, utiliza-se da *deslegitimação*, onde os saberes das marisqueiras são tratados, quando muito, como saberes marginalizados, benquistos para museus, mas nunca validados como conhecimentos científicos institucionalizados.

2.2 GÊNERO E PRODUÇÃO SITUADA DO CONHECIMENTO

Pensar a decolonialidade passa, invariavelmente, pela encruzilhada de gênero e raça. De acordo com Lélia Gonzalez (2020, p. 224*,* grifos da autora), "[...] *o racismo* se constitui como a *sintomática* que caracteriza a *neurose cultural brasileira*. [...] sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular". Esta violência é expressa de forma caleidoscópica. Na medida em que a mulher negra se movimenta, movimentam-se, consequentemente, toda a sociedade (Davis, 2017), mas também a violência simbólica, afetiva, sexual, física e laboral. Este último movimento, não como consequência, mas como uma forma de impedir sua expansão e empoderamento coletivo.

Acrescentamos, aqui, a violência epistêmica e informacional, também, na medida em que estas mulheres buscam sua emancipação. Grada Kilomba (2020, p. 12) evidencia que o mecanismo da ausência é esta marca e a base para o racismo, na medida em que "algo que

existe é tornado ausente", é deliberadamente marginalizado e apagado, para criar uma ideia de não existência. Ideia, presente na investigação de Franciele Garcês da Silva e Rubens Silva (2022, p. 48), traz a reflexão de que "a produção de pensadores, pesquisadores e intelectuais negros e negras é tornada ausente nos ambientes acadêmicos e nas bibliotecas", sendo presumida, também de forma deliberada e intencional, a ideia de um pensamento branco e eurocentrado como universal (Garcês da Silva; Silva, 2022).

É neste sentido que Frantz Fanon (2008, p. 34) nos faz refletir que uma pessoa que "[...] possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa [...] existe, na posse da linguagem, uma extraordinária potência". Ou seja, o processo de violência, mas também de emancipação, perpassa pelo domínio da fala, do discurso e pela circulação desse discurso nos espaços. É o que Judith Butler (2021) trata por uma 'vulnerabilidade linguística' que envolve pessoas subalternizadas, geralmente envolta por marcadores sociais de gênero, classe, raça e sexualidade.

Essa vulnerabilidade linguística desemboca no campo informacional, afinal de contas, os sentidos são feitos na interação, na troca de informações, assim como a resposta à essa vulnerabilidade, a qual chamamos, aqui, de resistência informacional. De acordo com Denise Sampaio e Izabel Lima (2023), a resistência informacional reside primariamente no estabelecimento e promoção de espaços de troca, diálogos e da fraternidade que fomentam a produção, registro e circulação de informações antes subterrâneas. A resistência informacional tem a potência de quebrar limites impostos pelo poder hegemônico, gerando justiça social e epistêmica.

Nesse sentido, a resistência informacional nasce em espaços não hegemônicos, com potência de ruptura de suas barreiras e limites informacionais (Sampaio; Lima, 2023). É neste limiar que Paulo Freire (1996) nos lembra que existe um "saber de pura experiência feito", que coaduna com a ideia de Nêgo Bispo (2015, p. 45), ao dizer "mesmo que queimem a escrita, não queimam a oralidade. Mesmo que queimem os símbolos, não queimam os significados validados como os conhecimentos científicos institucionalizados".

Por outro lado, as técnicas tradicionais de informação (como os thesauri, os sistemas de classificação, a indexação) não conseguem acolher as subjetividades dos diversos saberes, pois querem encaixá-los em categorias limitadas que podem reduzir suas confluências territoriais. Vale ressaltar que Luciana Gracioso (2022), enfatiza as disputas de poder que atravessam a estrutura das linguagens de organização do conhecimento, por meio das escolhas epistemológicas, que não são neutras tampouco imparciais. Com isso, essas escolhas podem manipular os conhecimentos das comunidades ou grupos subalternizados.

Para Duque-Cardona e Restrepo-Fernández (2021) a Ciência da Informação só vai conseguir avançar nas discussões decoloniais quando se comprometer com a valorização e disseminação desses saberes que acontecem na vivência e respeitam práticas ancestrais. As pesquisadoras definem essa reorganização epistemológica na Ciência da Informação como um *paradigma intercultural*, que busca desenvolver uma escuta e o reconhecimento das *epistemologias de Abya Yala*, despertando um olhar atento para as questões plurais, territoriais e relacionais do que é informação, do que é saber e de quem é sujeito em seus mais diversos territórios.

Diante disso, é impossível tratar do silenciamento dos conhecimentos das marisqueiras sem antes reconhecer que esses saberes são produzidos em situações de *subalternidade*. Corroborando com essas ideias, María Lugones (2014) afirmou que a colonialidade ditou uma hierarquização que não decidiu apenas sobre o que se sabe, mas sobre *quem* pode saber, potencializando assim a manutenção de poder dos grupos hegemônicos. No entanto, as vivências, saberes e práticas das mulheres marisqueiras de Bayeux (PB) tensionam o que a Ciência da Informação entende por prática informacional. E é exatamente nesse tensionamento entre o que o mangue sabe e o que o campo ainda não é capaz de escutar, que esta pesquisa está posicionada.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Com vistas a responder como os saberes das mulheres marisqueiras tensionam as concepções hegemônicas de informação, considerando as relações de gênero e as perspectivas decoloniais? Nossa pesquisa se caracteriza como exploratória e qualitativa. Com a realização de um grupo focal, viabilizado com a visita à Colônia Z-6 Arnaldo Luz, em Bayeux (PB). Lá, no dia 08 de maio de 2026, aplicamos uma entrevista semiestruturada junto às mulheres marisqueiras da Colônia Z-6 Arnaldo Luz, que fora organizada a partir do seguinte roteiro: (1) identificação das participantes; (2) trajetória e contexto; (3) produção de conhecimento e saberes; (4) gênero e decolonialidade e; o que as participantes gostariam que as pessoas entendessem do seu trabalho. Ao todo trabalhamos com 06 respondentes.

Para organização das respostas das participantes, valemo-nos da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), por meio de uma pré-análise, com a leitura flutuantes do corpus produzido no grupo focal; exploração do material com codificação das unidades de registro e agrupamento em unidades de contexto temático, o que resultou no estabelecimento de cinco categorias de análise (saber ancestral e transmissão geracional; condições de vida, necessidade e sobrevivência; desvalorização e invisibilidade do trabalho; orgulho, identidade e

pertencimento e, por fim; saber ecológico e leitura de território) abaixo descritas, na seção de resultados e discussões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa estão organizados em cinco categorias e descritores observados nas falas das mulheres marisqueiras.

4.1 CATEGORIA 1 - SABER ANCESTRAL E TRANSMISSÃO GERACIONAL[1]

As discussões realizadas no grupo focal evidenciam que os saberes das marisqueiras são construídos principalmente a partir da experiência cotidiana, da convivência familiar e da relação contínua com o território. Diferentemente das formas de conhecimento institucionalizadas pela ciência moderna, esses saberes são transmitidos oralmente, por meio da observação, da prática e da vivência coletiva. Conforme destaca Freire (1987), o conhecimento é produzido nas relações concretas estabelecidas entre sujeitos e mundo, sendo a experiência cotidiana um espaço legítimo de aprendizagem e construção de sentidos.

Nesse contexto, a maré aparece como herança familiar e espaço de continuidade geracional, no qual os conhecimentos são compartilhados entre pais, avós, filhos e demais membros da comunidade. Uma das participantes afirma: *"Meu pai, meu avô, todo dia era pescador. [...] deixou para a gente, né? Ensinou."* A fala evidencia que o aprendizado da mariscagem ocorre sem suporte escrito ou institucionalização formal, sendo transmitido pela convivência e pela prática cotidiana. Tal dinâmica aproxima-se do que Borda (1984) define como conhecimento prático e empírico, construído historicamente pelas populações a partir de suas experiências de vida e de trabalho. Nesse sentido, o saber das marisqueiras articula memória territorial, ancestralidade e permanência cultural.

Os relatos também demonstram que a inserção na atividade ocorre desde cedo, caracterizando uma aprendizagem construída no corpo e na experiência prática. Ao relatarem "*Eu acho que eu tinha uns quinze para dezesseis anos. E continua, né?*", as participantes revelam processos de iniciação precoce na mariscagem, nos quais o aprendizado se desenvolve pela repetição das práticas, pela observação do ambiente e pela convivência com outras mulheres e familiares envolvidos na atividade.

Além disso, os depoimentos indicam a coexistência entre saberes formais e conhecimentos tradicionais. Quando uma das participantes afirma que o filho "não deixou de

[1] (Descritores: fator geracional, transmissão oral, saber encarnado, memória territorial e aprendizagem situada).

estudar, né? Estuda e vai pra maré", evidencia-se que o conhecimento produzido na mariscagem não se opõe necessariamente à educação escolar, mas coexistem no mesmo sujeito. Essa articulação demonstra que os saberes tradicionais permanecem presentes mesmo diante da ampliação do acesso à escolarização formal, reforçando a continuidade das práticas culturais e comunitárias relacionadas à pesca e à mariscagem.

Os saberes das marisqueiras são produzidos de forma situada, coletiva e territorializada. Conforme discutem Quijano (2005) e Mignolo (2008), as perspectivas eurocêntricas de produção do conhecimento historicamente deslegitimaram saberes produzidos por populações tradicionais e grupos subalternizados.

4.2 CATEGORIA 2 - CONDIÇÕES DE VIDA, NECESSIDADE E SOBREVIVÊNCIA[2]

Os relatos das marisqueiras evidenciam que a atividade da mariscagem está associada às condições de sobrevivência das famílias e à ausência de alternativas econômicas e sociais nos territórios onde vivem. Nesse contexto, a maré não representa apenas uma atividade produtiva, mas constitui uma estratégia fundamental de manutenção da vida, da alimentação e da renda familiar. As falas demonstram trajetórias marcadas pela vulnerabilidade social, pela baixa escolarização formal e pela necessidade de inserção precoce no trabalho.

Ao afirmarem "Tem que viver de maré mesmo. Eu mesmo estudei até o quinto ano", as participantes revelam como a limitação do acesso à educação formal e às oportunidades de trabalho contribui para a permanência na atividade pesqueira ao longo da vida. A mariscagem aparece, portanto, como uma alternativa construída a partir das condições concretas de existência dessas mulheres e de suas famílias. Conforme destaca Freire (1987), as desigualdades sociais produzem processos históricos de exclusão que impactam diretamente as possibilidades de participação social, educacional e econômica dos sujeitos.

As falas também evidenciam a centralidade do corpo feminino na manutenção da sobrevivência familiar. A continuidade do trabalho mesmo durante a gestação demonstra como o corpo das marisqueiras é atravessado por relações de resistência, esforço físico e necessidade econômica. Quando relatam que "Essa aqui trabalhou [grávida] até o dia desse. [...] Faz nove meses", as participantes revelam que a maternidade não representa uma interrupção das atividades laborais, mas se articula às demandas cotidianas de sustento e cuidado. Nesse contexto, o trabalho feminino torna-se marcado pela sobreposição entre produção econômica, cuidado familiar e resistência física.

[2] (Descritores: sobrevivência, poucas oportunidades, ausência de estudo, monoparentalidade e vulnerabilidade)

Outro aspecto recorrente nos depoimentos refere-se à monoparentalidade feminina e à responsabilização das mulheres pela manutenção da família. Ao afirmarem “Eu sou mãe e pai. [...] Ele nunca foi um pai presente”, as marisqueiras evidenciam situações em que assumem sozinhas tanto o sustento financeiro quanto os cuidados domésticos e afetivos dos filhos. Essa realidade demonstra como as desigualdades de gênero atravessam as experiências dessas mulheres, ampliando a sobrecarga física e emocional relacionada ao trabalho e à sobrevivência cotidiana.

As participantes demonstram conhecimento detalhado sobre as transformações ambientais e seus impactos na pesca e na coleta de mariscos. Ao afirmarem que “A água é doce e mata. [...] No mariscagem ninguém tira nada”, evidenciam a relação direta entre alterações ambientais, diminuição da produção e insegurança econômica das famílias. Esses depoimentos revelam formas complexas de leitura ambiental construídas a partir da convivência contínua com o território e da observação cotidiana dos ciclos naturais.

Conforme argumenta Morin (1997), compreender a realidade exige reconhecer a complexidade das relações entre sociedade, natureza e cultura. Nesse sentido, os saberes das marisqueiras não se limitam às técnicas de coleta e pesca, mas envolvem conhecimentos sobre o comportamento do rio, as mudanças ambientais e os impactos dessas transformações na vida comunitária. Tais experiências demonstram que a sobrevivência dessas mulheres depende diretamente das relações estabelecidas com o território e com os recursos naturais.

4.3 CATEGORIA 3 - EPISTEMICÍDIO E DESLEGITIMAÇÃO[3]

A subprecariedade econômica e social do saber-fazer das mulheres marisqueiras, e o silenciamento do seu papel perante as estruturas sociais hegemônicas, são expressões materiais do epistemicídio, que vem sendo debatido por Robson Gonçalves e Marcos Mucheroni (2021) como um problema estrutural na Ciência da Informação brasileira, que alimenta o silenciamento dos saberes não científicos institucionalizados e reconhecidos pelos pares. Esse silenciamento simbólico e exclusão econômica partem de práticas eurocêntricas e capitalistas que desvalorizam o saber de quem produz, e que também não admitem uma negociação justa do que foi produzido. Logo, essa relação entre desvalorização da mercadoria e deslegitimação epistêmica se aprofunda quando as marisqueiras, ao relatar as condições do trabalho na maré, manifestam uma fala de denúncia e reivindicação: “muitas pessoas deviam valorizar a pesca. Porque trabalha, viu? [...] A marisqueira não é só marisqueira” ela não

[3] (Descritores: epistemicídio, desvalorização, invisibilidade, trabalho pesado e exclusão simbólica).

manifesta apenas uma queixa, mas um pensamento político que tensiona as formas hegemônicas padronizadas de ver e existir no mundo.

Quando a participante diz que "não é só marisqueira", ela expressa a diversidade de saberes (pesca tudo que o rio dá), afazeres e competências que seu corpo e sua vivência carregam, que o sistema capitalista insiste em reduzir a uma única categoria excluída e subvalorizada. Ademais, essa visão limitada da identidade das marisqueiras pode ser entendida como uma forma de epistemicídio, pois, ao reduzir a mulher apenas pelo produto que coleta, invisibiliza-se a complexidade de suas atribuições e seus saberes. Silenciando, assim, as diversas dimensões de quem produz, cuida, compartilha e se reinventa diariamente na maré.

Direcionando o olhar para o caráter físico e exaustivo desse trabalho, realizado sob sol, chuva e, muitas vezes, mesmo em condições limitadas de saúde “levando sol, chuva. Fica doente. E temos que ir pra maré né, trabalhar[...]” como narra uma das colaboradoras dessa pesquisa. Esses relatos expressam que o epistemicídio não afeta apenas no plano discursivo, mas também na forma social do sofrimento, visto que os indivíduos que mais produzem são os menos protegidos e valorizados, e os saberes mais plurais são tratados como os menos legítimos.

A descaso da proteção estatal por parte do Estado para essas trabalhadoras, que são postas à margem da sociedade, é, portanto, a forma institucional do apagamento que ocorre no plano simbólico e assegura a manutenção do poder dos grupos hegemônicos que ditam os modos de produção na sociedade capitalista. Assim, essa discussão converge para o que Quijano (2005) identificou como a colonialidade do poder, onde a hierarquização dos indivíduos, dos saberes e do trabalho segundo linhas de raça, gênero e classe.

4.4 CATEGORIA 4 - ORGULHO, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO TERRITORIAL[4]

Enquanto a Categoria 3 identifica nas narrativas das marisqueiras os mecanismos de apagamento, a Categoria 4 mostra as formas pelas quais as marisqueiras resistem e ressignificam esse apagamento, não por meio de uma simples negação abstrata, mas por meio de reafirmações concretas de si, do seu saber e do território que as formam.

Esse ato de autorreconhecimento e legitimação do seu próprio conhecimento, perante uma sociedade colonial que o desqualifica a todo momento, é o que Lugones (2014) denomina insurgência do sujeito subalterno: não é uma revolta organizada conscientemente, mas uma

[4] (Descritores: orgulho do trabalho, gratidão ao rio, identidade, pertencimento e resistência epistêmica).

maneira de insistir na vida e nomear a si mesmo em seus próprios diálogos e território, tensionando as estruturas coloniais que insistem em dizer de fora quem esses sujeitos são e o que sabem.

Quando aplicamos o grupo focal, essa insurgência se manifestou de forma mais intensa e recorrente na fala de uma colaboradora, que relata o orgulho, a valorização do alimento e a consciência de si como sujeita produtora "A gente tem que ter orgulho do nosso trabalho. Eu tenho um orgulho do meu trabalho e você tinha que valorizar o pescado. Porque o pescado é um alimento saudável." Aqui, o orgulho não é uma forma de vaidade, é posicionamento político de resistência. Esses atos asseguram que o próprio saber-fazer merece orgulho e rejeitam a vergonha implantada pelo pensamento hegemônico sobre essas atividades manuais e populares, também reivindicam a garantia de direitos para essas marisqueiras que produzem algo que tem valor nutricional, econômico e cultural. Portanto, essa consciência identitária se materializa na conexão afetiva que as marisqueiras têm com o rio, expressa em uma das falas: "É saúde, é tudo. É o que o rio dá."

Essa narrativa expressa os "afluentes" do rio, em suas múltiplas manifestações, o rio é benção, respeito e dignidade, que atravessa as dinâmicas cotidianas dessas mulheres. Esse reconhecimento do rio como saúde e de tudo é afirmar uma epistemologia relacional que a academia colonial recusou como legítima, ao opor conhecimento e afeto. A resistência epistêmica das marisqueiras se apresenta também na transmissão geracional "eu fui da pesca, minha filha é. E assim vai [...]", isso se caracteriza como um discurso de continuidade e resistência, mantendo vivo um legado que não está registrado em nenhum lugar e que a universidade não reconheceu formalmente, isto é, uma das armas contra o epistemicídio.

Diante do exposto, uma fala simbólica se destaca, ressaltando a necessidade de sobrevivência "Não precisa nem ensinar. Com a precisão. Aí eles aprendem". Essa fala sintetiza uma prática decolonial, que defende que o saber nasce da vida, atravessa os corpos e se enraíza no território, contrapondo-se aos padrões institucionais que insistem em ditar o que é conhecimento.

4.5 CATEGORIA 5 - SABER ECOLÓGICO E LEITURA DO TERRITÓRIO[5]

As participantes demonstram capacidade de interpretar alterações no rio, nas marés e nos ecossistemas a partir da observação contínua do ambiente, construindo formas de leitura territorial que orientam o trabalho, a sobrevivência e a organização da atividade

[5] (Descritores: saber ecológico, leitura da maré, adaptação, território e monitoramento ambiental).

pesqueira. Trata-se de conhecimentos produzidos na prática cotidiana e compartilhados coletivamente entre as mulheres da comunidade.

As falas revelam que a leitura das condições ambientais funciona como um saber técnico não formalizado, desenvolvido pela convivência constante com o rio e pela experiência acumulada ao longo do tempo. Quando uma das participantes afirma: “Só tem uma coisa que muda, né? Quando desceu o aguador sobrado”, evidencia-se uma percepção das mudanças ambientais e de seus impactos sobre a pesca e a mariscagem. Esse conhecimento não depende de instrumentos científicos institucionalizados para existir, mas é construído a partir da observação direta do território, das marés e do comportamento da água.

Nesse sentido, os relatos demonstram que as marisqueiras possuem capacidade de identificar alterações ambientais antes mesmo da produção de diagnósticos técnico-científicos formais. Ao afirmarem que “Não tem marisco mais no mar. É porque a água é doce e mata”, as participantes evidenciam conhecimentos sobre os impactos ambientais causados pelas mudanças na composição da água e pelas transformações no ecossistema local. Essas percepções revelam formas sofisticadas de monitoramento ambiental construídas a partir da experiência prática e da convivência contínua com o território. Conforme argumenta Morin (1997), compreender a realidade exige reconhecer a complexidade das relações entre sociedade, natureza e cultura, superando perspectivas fragmentadas do conhecimento.

É importante destacar que essa informação ambiental não circula por meio de registros técnicos ou instrumentos de medição, mas é produzida e transmitida oralmente, na fala cotidiana entre as próprias marisqueiras. É a experiência direta das mulheres que atuam na atividade que dá origem a esse conhecimento sobre o comportamento da água e do território. A oralidade funciona, assim, como o principal suporte informacional desse saber ecológico: é por meio da fala, da escuta e da repetição entre gerações que as leituras da maré se consolidam, se validam coletivamente e se atualizam diante de novas mudanças ambientais. As marisqueiras figuram, dessa forma, como protagonistas ativas na produção dessa informação, e não como meras depositárias de um conhecimento externo.

Outro aspecto recorrente nos relatos refere-se à necessidade constante de adaptação às mudanças ambientais e sociais. Ao afirmarem que “A gente tem que aprender coisas novas, diferentes. [...] A gente tem que aprender pra sobreviver”, as marisqueiras demonstram que o conhecimento relacionado à maré não é estático, mas continuamente reconstruído diante das transformações do território, das condições do rio e das demandas de sobrevivência. A

aprendizagem aparece, portanto, como um processo vivo, coletivo e situado, diretamente relacionado às necessidades concretas da vida cotidiana.

Essas experiências dialogam com as discussões de Cusicanqui (2010), ao defender o reconhecimento de saberes territoriais e ancestrais historicamente invisibilizados pelas perspectivas eurocêntricas de produção do conhecimento. Os relatos das marisqueiras demonstram que seus conhecimentos ambientais não se limitam a práticas empíricas isoladas, mas constituem formas complexas de interpretação do território, da natureza e das relações comunitárias.

Além de sua função prática e adaptativa, a leitura da maré e do território carrega também um valor memorialístico e identitário. Cada geração que aprende a "ler" o rio o faz por meio do relato de quem veio antes, mães, avós e outras marisqueiras mais experientes, de modo que o próprio ato de transmitir esse saber reatualiza a memória do grupo e reafirma um pertencimento construído ao longo de décadas de convivência com o mesmo território. Saber interpretar o comportamento da água não é, portanto, apenas uma competência técnica: é também uma forma de se inscrever na história da comunidade e de dar continuidade a uma identidade coletiva ancorada na relação com a maré, o que reforça o caráter simbólico desse conhecimento para além de sua utilidade imediata.

Dessa forma, evidencia-se que os conhecimentos produzidos pelas marisqueiras envolvem processos contínuos de observação, adaptação e interpretação ambiental, sustentados pela oralidade e pela participação direta dos sujeitos envolvidos na atividade.

Esses saberes, construídos coletivamente a partir da experiência com a maré e com o território, tensionam perspectivas hegemônicas que reconhecem apenas conhecimentos científicos institucionalizados como legítimos, reafirmando a importância das práticas tradicionais e de seus valores memorialísticos e identitários na compreensão e preservação dos ecossistemas locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os saberes produzidos pelas mulheres marisqueiras da colônia Z-6 Arnaldo Luz, em Bayeux (PB), constituem formas legítimas e complexas de conhecimento, construídas a partir da experiência cotidiana, da oralidade, da relação com o território e da convivência comunitária. Esses saberes ancestrais e seus processos de transmissão geracional tensionam perspectivas eurocêntricas historicamente baseadas na formalização científica, revelando

conhecimentos sobre leitura da maré, mudanças ambientais e organização da vida comunitária.

A pesquisa identificou, contudo, processos de invisibilização e desvalorização desses saberes, atravessados por desigualdades de gênero, classe e colonialidade. Diante disso, as marisqueiras constroem práticas de resistência epistêmica, ao reafirmarem o orgulho do trabalho, o pertencimento ao território e a importância cultural da maré, fazendo de seus saberes formas de memória, identidade e continuidade comunitária.

Cabe ressaltar que a amostra de seis respondentes, embora compatível com a abordagem qualitativa adotada, impõe limites quanto à generalização dos resultados, os quais devem ser compreendidos no contexto específico investigado. No campo da ciência da informação, o estudo contribui para ampliar as discussões sobre epistemologias decoloniais, defendendo perspectivas mais plurais de produção do conhecimento e reconhecendo o papel das populações tradicionais na preservação ambiental e na cultura local. A amostra de seis respondentes, embora compatível com a abordagem qualitativa adotada, também mereceria menção explícita quanto aos seus limites de generalização.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Suene Martins. **Vestir como cultura**: moda e decolonialidade na marca Nalimo. 2022. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/47162. Acesso em: 22 outubro de 2025

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BISPO, Antônio Bispo dos Santos. **Colonização, quilombos**: modos e significados. Brasília: UnB, 2015.

BORDA, Orlando Fals. **Conocimiento y poder popular**: lecciones con campesinos de Nicaragua, México y Colombia. Bogotá: Siglo XXI, 1984.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. Tradução de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora UNESP, 2021.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

DAVIS, Angela. **Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela**. Conferência proferida na Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

DUQUE-CARDONA, Natalia. ¿Ciencia de la información para qué y para quién? Aproximación a los paradigmas de la ciencia de la información en el contexto universitario. *In*: DUQUE-CARDONA, Natalia; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (org.). **Epistemologias latino-americanas na biblioteconomia e ciência da informação**: contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 45-71.

DUQUE-CARDONA, Natalia; RESTREPO-FERNÁNDEZ, María Camila. Paradigma intercultural para as ciências da informação: uma proposta de Abya-Yala. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; DUQUE-CARDONA, Natalia (org.). **Epistemologias latino-americanas na biblioteconomia e ciência da informação**: bibliotecas desde Abya Yala e as sociedades e culturas na perspectiva Sul. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2021. p.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro; SILVA, Rubens Alves da. Da ausência à evidência: notas teórico-críticas sobre o princípio da ausência, epistemicídio e reparação epistêmica em bibliotecas e Biblioteconomia. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 47-72, 2022. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/article/view/194447. Acesso em: 18 maio 2026.

GONÇALVES, Robson de Andrade; MUCHERONI, Marcos. O que é epistemicídio?: uma introdução ao conceito para a área da Ciência da informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e5759, nov. 2021. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5759. Acesso em: 07 nov. 2026.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em: https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

GRACIOSO, Luciana de Souza. Indexação decolonial como tecnologia emancipatória. *In*: SOUZA, Rosali Fernandez de; SALES, Luana Farias; SALDANHA, Gustavo Silva (org.). **Epistemologia da organização do conhecimento**. Brasília: IBICT, 2022.

KILOMBA, Grada. Fanon, existência, ausência: prefácio. *In*: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 935-952, 2014. DOI**:** https://doi.org/10.1590/%25x. Acesso em: 22 de outubro de 2026

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em:

https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 22 de outubro de 2026

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SAMPAIO, Denise Braga; LIMA, Izabel França de. A lesbianidade na documentação do SNI da ditadura militar brasileira: limites informacionais estabelecidos. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [*s. l.*], v. 16, p. 1-28, 2023. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/621/558. Acesso em: 18 maio 2026.